

Beatriz de Melo Silva

Fernanda Di Flora Garcia

7º ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA¹

GT 11: Livros didáticos de sociologia

O TEMA DO REFÚGIO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA APROVADOS NO PNLD 2018

Belém, Pará

2021

¹O presente artigo é fruto do trabalho final de graduação em ciências sociais – licenciatura, na UEL, em 2019. O presente artigo fora publicado na Revista Teoria e Cultura, v. 15 n. 3 (2020).

INTRODUÇÃO

A Sociologia como disciplina curricular obrigatória na educação básica possui uma trajetória marcada pela intermitência e descontinuidade (SILVA, 2007). No cenário contemporâneo, a lei nº 11.684, promulgada em 2008, estabeleceu sua obrigatoriedade nos três anos do Ensino Médio, promovendo simultaneamente um amplo debate sobre as condições institucionais para seu ensino, bem como sobre a formação de professores, a produção de materiais e recursos didáticos e metodologias apropriadas para este nível de ensino. Essa conquista é hoje ameaçada pela Lei nº 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu a Reforma do Ensino Médio, colocando em xeque a permanência de sua obrigatoriedade nos três anos desta etapa, bem como seu caráter disciplinar.

Para o que nos interessa neste artigo, cumpre observar que, no Ensino Médio, embora a disciplina seja denominada Sociologia, ela compreende as três áreas que compõem as Ciências Sociais, sendo elas: Antropologia, Sociologia e Ciência Política, ao passo em que os livros didáticos da disciplina devem incorporar conceitos e temáticas das três áreas, sem que haja o predomínio de uma sobre as demais. Como observa Amurabi Oliveira, o ensino de Sociologia na educação básica remete ao “ensino de Ciências Sociais, dentro dos limites da tradição acadêmica que se instaurou no Brasil desde os anos 1930” (2013, p.7), abrangendo as três áreas, de modo que o modelo da educação básica acompanha o instituído em âmbito acadêmico.

A Antropologia, como um dos eixos estruturantes das aulas de Sociologia no Ensino Médio e componente das Ciências Sociais presente neste nível de ensino, tem como função fazer com que o aluno seja capaz de identificar diferentes realidades em seu entorno e em diferentes espaços sociais, a fim de perceber tanto seu papel na promoção da transformação social quanto desenvolver as habilidades necessárias para o diálogo com o outro, sendo capaz também de praticar o exercício de reflexão para alcançar uma das competências indicadas no estudo das ciências humanas: “Compreender os elementos cognitivos, afetivos, sociais e culturais que constituem a identidade própria e a dos outros”, tal como preconizadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1999, p.53). Noções como experiências culturais, redes de relações, papéis culturais, identidades sociais, entre outros, aparecem como fundamentais para a formação discente. Destaca-se, assim, que

os conhecimentos de Antropologia e Sociologia contribuem igualmente para a construção da identidade social e, sem negar os conflitos, a convivência pacífica. Dá-se especial destaque ao relativismo cultural proposto pelas correntes

antropológicas surgidas após a Segunda Guerra Mundial, que advogam o direito de todos os povos e culturas construírem sua organização própria, respeitando da mesma forma os direitos alheios (BRASIL, 1999, p.12).

No que diz respeito à Ciência Política, também componente da disciplina de Sociologia no Ensino Médio, uma de suas funções é fazer com que o aluno seja capaz de analisar as diferentes manifestações do poder, incluindo as dinâmicas da relação entre a população e o Estado, para alcançar uma outra competência, a de “compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as às práticas dos diferentes grupos e atores sociais, aos princípios que regulam a convivência em sociedade, aos direitos e deveres da cidadania, à justiça e à distribuição dos benefícios econômicos” (BRASIL, 1999, p.19).

A Sociologia, por sua vez, deve fornecer aos educandos os instrumentos necessários para que estes sejam capazes de “construir uma postura mais reflexiva e crítica diante da complexidade do mundo moderno” (BRASIL, 1999, p.37), fomentando o exercício pleno da cidadania, da autonomia e reflexão crítica.

Além dos Parâmetros Curriculares Nacionais, outro documento importante para o ensino de Sociologia são as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCNEM) de 2006, de caráter mais disciplinar e que enfatiza os princípios epistemológicos estranhamento e desnaturalização como fundamentais para a disciplina no Ensino Médio. Merece destaque ainda outro documento de relevo no cenário educacional nacional, que envolve todas as disciplinas do currículo, que é o Caderno de Educação em Direitos Humanos publicado em 2013, um instrumento que busca orientar as práticas de ensino seguindo as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação através da Resolução nº 1 de 2012 que devem ser observadas por todos os níveis de ensino, pautando uma educação para os Direitos Humanos.

Este último documento se baseia nas premissas contidas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e nos valores da Constituição Brasileira de 1988, intencionando promover a educação em direitos humanos em todos os graus da educação básica. Nesse sentido, o documento prevê “como fundamento os seguintes princípios: a dignidade humana, a igualdade por direitos, o reconhecimento e a valorização das diferenças e das diversidades, a laicidade do Estado, a democracia na educação, a transversalidade, a vivência e a globalidade, e a sustentabilidade socioambiental” (BRASIL, 2013, p. 7). Ou seja, o documento expõe que a educação tem a função de formar, por meio do conhecimento sobre as questões que envolvem a afirmação dos direitos humanos, seres capazes de atuar em sociedade, orientados por compromissos sociais, compreendendo que a noção de cidadania é processual e envolve

fenômenos de emancipação e des emancipação, que ora ampliam o escopo de direitos, ora o restringe.

Em contexto mais recente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), promulgada em 2018, configura o documento normativo que define as aprendizagens e competências essenciais que os discentes deverão desenvolver ao longo das etapas de ensino, norteando, portanto, o conhecimento escolar, sendo organizada no Ensino Médio por áreas de conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, dividido em itinerários formativos.

Na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, integrada por Filosofia, Geografia, História, e Sociologia, observamos como um dos objetivos fundamentais “combater estereótipos, discriminações de qualquer natureza e violações de direitos de pessoas ou grupos sociais, favorecendo o convívio com a diferença” (BRASIL, 2018a, p.467), além de afirmar que intenciona que “os estudantes desenvolvam a capacidade de estabelecer diálogos – entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas – , elemento essencial para a aceitação da alteridade e a adoção de uma conduta ética em sociedade” (BRASIL, 2018a, p.561).

Ainda do ponto de vista das aprendizagens e competências que devem ser asseguradas aos discentes, a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas está organizada de modo a tematizar e problematizar algumas categorias da área, como “Tempo e Espaço; Territórios e Fronteiras; Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética; e Política e Trabalho” (BRASIL, 2018a, p.562), destacando que a:

Fronteira também é uma categoria construída historicamente. Ao expressar uma cultura, povos definem fronteiras, formas de organização social e, por vezes, áreas de confronto com outros grupos. A conformação dos impérios coloniais, a formação dos Estados Nacionais e os processos de globalização problematizam a discussão sobre limites culturais e fronteiras nacionais. Os limites, por exemplo, entre civilização e barbárie geraram, não raro, a destruição daqueles indivíduos considerados bárbaros. Temos aí uma fronteira sangrenta. Povos com culturas e saberes distintos em muitos casos foram separados ou reagrupados de forma a resolver ou agravar conflitos, facilitar ou dificultar deslocamentos humanos, favorecer ou impedir a integração territorial de populações com identidades semelhantes (BRASIL, 2018a, p.564).

Não obstante as pertinentes críticas que o processo de produção e promulgação da BNCC desencadeou, importa observar que mesmo neste documento podemos encontrar um elenco de possibilidades e formas a partir das quais podemos inserir o debate sobre o fenômeno do refúgio. Assim, diante deste panorama legal-institucional no qual se insere a disciplina de

Sociologia, consideramos que abordar o tema refúgio na disciplina seja de fundamental importância, pois trata-se de tema que compreende não apenas as três áreas das Ciências Sociais, promovendo um ensino articulado entre Antropologia, Ciência Política e Sociologia, mas constitui igualmente elemento central no debate sobre os direitos humanos, sobre a construção e garantia de direitos ao nível local, nacional, internacional, sobre os sentidos e os significados da cidadania, em um cenário marcado pela maior crise envolvendo refugiados e solicitantes de refúgio desde o final da Segunda Guerra Mundial.

Por meio das categorias refúgio e refugiados, podemos observar processos de emancipação e des emancipação, bem como podemos correlacionar diferentes temáticas que constituem o arcabouço teórico-conceitual do ensino de Sociologia na Educação Básica. Nesse sentido, estudar e refletir sobre a situação dos refugiados envolve a compreensão sobre a lógica global que incide no deslocamento dos indivíduos, sobre as decisões políticas que definem quais são as pessoas que podem adentrar nos diferentes países e seus territórios, sobre o papel do Estado-nação no contexto da globalização, quem são os sujeitos desejáveis e indesejáveis, entre outros fenômenos. Além disso, envolve a desconstrução de estereótipos sobre os refugiados, geralmente associados à imagem da clandestinidade, da irregularidade, desconsiderando a especificidade de sua condição.

Assim, o artigo justifica sua importância pela relevância histórica e contemporânea da temática, do aumento sem precedentes do número de solicitantes de refúgio enquanto uma tendência global, objetivando compreender de que forma o tema é tratado nos livros didáticos de Sociologia, considerando sua centralidade na educação básica de nível médio no Brasil, analisando a partir de quais referenciais a discussão é abordada, e com qual frequência este tema é inserido nestes instrumentos didáticos, já que representa uma discussão importante no processo formativo de nossos educandos, além do fato de se tratar de uma das questões mais candentes do cenário contemporâneo, no contexto da ambivalência presente nos documentos e diretrizes nacionais e internacionais sobre o tema e a dificuldade que os diversos Estados nacionais encontram para efetivar o respeito e a garantia de direitos aos solicitantes de asilo e refugiados.

No que diz respeito à metodologia empregada no artigo, levando em conta o conteúdo exposto nos livros didáticos Sociologia Hoje (2016), Tempos Modernos, Tempos de Sociologia (2016), e Sociologia (2016), a pesquisa faz uma análise sobre como a temática do refúgio é abordada nestes livros, identificando termos-chave e termos correlatos que envolvem o debate, com a hipótese de que este tema não tem sido apresentado de forma adequada no que tange aos conceitos e espaços ocupados nas obras, especialmente levando em conta a relevância do tema

no cenário nacional, internacional bem como sua inclusão em provas de ingresso ao ensino superior, como o vestibular e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que são elementos mobilizadores da dinâmica da seleção de conteúdos assim como os livros didáticos e os instrumentos normativos.

Também é importante citar a relevância da escolha dos livros didáticos aprovados no PNLD de 2018 para a análise do tema. O Programa Nacional do Livro e do Material Didático é uma importante política pública nacional, que avalia, por meio de comissão técnica especializada, os livros didáticos que serão utilizados nos colégios da rede pública de ensino, tendo a função de reunir aqueles que são considerados mais adequados para o uso em sala de aula, levando em conta as demandas apontadas nos documentos anteriormente citados, e o rigor conceitual característico da disciplina, com linguagem adequada para o nível médio de ensino. Segundo Simone Meucci, os livros didáticos possuem a “finalidade mais imediata de servir de instrumento de ensino e de aprendizagem. Por isso, há uma tensão muito singular do autor de obras didáticas que, afinal, dialoga simultaneamente com o professor e com o aluno” (MEUCCI, 2014, p.214), de modo que adquire relevância a seleção de conteúdos observada, já que os livros não apenas dialogam com professores e discentes, mas igualmente produzem discursos. De acordo com Meucci, os livros didáticos constituem um:

recurso valioso para a compreensão da dinâmica de constituição de um repertório estável de conceitos, autores, temas e problemas de determinada disciplina entre membros da sociedade em geral. Nesse sentido, ao contrário do que comumente se pensa, a função escolar do livro didático faz dele um bem cultural bastante complexo e um ‘lugar’ privilegiado para compreender mecanismos e estratégias de produção e circulação do conhecimento na sociedade (2014, p.211).

No caso dos livros aprovados em 2018, consideramos que o fato de a análise da qualidade da obra didática para utilização no ensino médio ser realizada de três em três anos, nos leva a questionar a ausência de temas relevantes e atuais nestes instrumentos, que levem em conta os acontecimentos do último triênio, e, também, as mudanças que eventualmente acontecem nas diretrizes. No contexto da discussão realizada em nosso artigo, não é possível olvidar ou desconsiderar a relevância e o impacto da crise dos refugiados ocorrida ao nível mundial em 2015, com consequências significativas nos anos posteriores, inclusive no Brasil. Deste fato decorre a importância de destacar que os três livros analisados neste trabalho também foram aprovados em versão anterior, no documento do PNLD de 2015, ainda que no espaço deste artigo não tenhamos avaliado se alterações significativas foram realizadas à luz dos acontecimentos recentes, focalizando apenas a versão mais atualizada.

A importância do estudo sobre os refugiados nas aulas de Sociologia

Nas aulas de Sociologia no Ensino Médio, temas como preconceito, variadas formas de discriminação, de construção de estereótipos e fenômenos como etnocentrismo e xenofobia são constantemente abordados, em consonância com os princípios epistemológicos da disciplina e os documentos norteadores que balizam seu ensino. Contudo, a discussão sobre a especificidade da condição de refugiado nem sempre é abordada nesses diferentes momentos e contextos, ainda que seja um elemento central para pensar os avanços produzidos em termos de efetivação de direitos na esfera nacional e internacional, bem como para a compreensão dos dilemas que acompanham o curso da Modernidade. Como aponta a socióloga Patrícia Villen: “os refugiados são as testemunhas da violência e do desespero de nosso tempo” (2020, p.1), de modo que o debate sobre sua condição é fundamental para compreender o cenário hodierno, estabelecendo as conexões necessárias com os fenômenos históricos que promoveram a precariedade de sua condição.

De modo geral, podemos observar que as discussões em torno do tema cidadania recuperam momentos importantes que nos permitem contextualizar a ampliação do escopo dos direitos a um conjunto cada vez maior de indivíduos ou mesmo sua limitação, de modo que em meio a esse debate é possível analisar a condição singular dos sujeitos refugiados. Entre estes momentos, um que ganha relevo nas mais variadas obras didáticas de Sociologia para o Ensino Médio é o da Revolução Francesa, considerado também um marco do avanço da Modernidade.

Na análise desse momento histórico é possível compreender as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais em curso, em especial no que toca à noção de direitos individuais, de sujeito, de cidadão. Em 1789, no contexto da Revolução Francesa, podemos observar a articulação entre os direitos individuais e o pertencimento nacional, com a promulgação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. No contexto do combate ao autoritarismo estatal, do poder concentrado nas mãos da monarquia absolutista, e o surgimento dos ideais liberais que conduziram à Revolução, o documento faz menção aos indivíduos como portadores de direitos inalienáveis, ao passo em que estes seriam garantidos aos autóctones, restritos, portanto, aos cidadãos franceses. Embora não faça menção à condição de refugiado, o documento é importante, pois vincula a garantia de direitos ao pertencimento nacional, uma condição que permaneceu válida e uma constante ao longo de quase dois séculos, se considerarmos que o regime de proteção internacional aos direitos dos refugiados e apátridas só se consolidou após o final da Segunda Guerra Mundial.

Conforme analisa a filósofa Hannah Arendt, o período entre as duas guerras evidenciou que:

As guerras civis que sobrevieram e se alastraram durante os vinte anos de paz agitada não foram apenas mais cruéis e mais sangrentas do que as anteriores: foram seguidas pelas migrações de compactos grupos humanos que, ao contrário dos seus predecessores mais felizes, não eram bem-vindos e não podiam ser assimilados em parte alguma. Uma vez fora do país de origem, permaneciam sem lar; quando deixavam o seu Estado, tornavam-se apátridas; quando perdiam os seus direitos humanos, perdiam todos os direitos: eram o refugio da terra (ARENDDT, 2013, p.369-grifo nosso).

Foi somente no período compreendido entre as duas grandes guerras que o regime de proteção aos refugiados foi formulado e paulatinamente implementado (REIS, MENEZES, 2013). A partir de meados da década de 1940, com o fim da Segunda Guerra Mundial e a criação da Organização das Nações Unidas, o debate sobre a garantia de direitos passou a se configurar ao nível internacional, ou seja, a expansão dos direitos antes relacionados ao pertencimento nacional foi estendido a todos os indivíduos pelo simples fato de serem humanos, com a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. Após os horrores perpetrados pelo regime nazista, os processos de desumanização e morte a que foram submetidos os judeus e sujeitos pertencentes a outras minorias sociais, a comunidade internacional se propôs a assegurar “que as vítimas de opressão e perseguição obrigadas a deixar seu país como refugiadas fossem decentemente tratadas pela comunidade internacional” (REIS, MENEZES, 2013 p.63).

Em decorrência deste novo horizonte ético, qual seja, o de evitar a repetição da barbárie e proteger os sujeitos em situação de vulnerabilidade, em Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre Estatuto dos Refugiados e Apátridas ocorrida em Genebra, em 1951, foi adotada a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados na qual a categoria refugiado foi classificada como uma pessoa que:

temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (ONU, 1951, p.2).

A caracterização de refugiado do Estatuto dos Refugiados é baseada nos acontecimentos anteriores a 1º de janeiro de 1951, ou seja, leva em conta, estritamente, a situação dos europeus que se deslocaram de seus países durante o período da Segunda Guerra Mundial, pelos motivos expostos acima. Contudo, com a continuidade das guerras, perseguições e situações de conflito nas mais variadas partes do globo, em 1967 a ONU formulou um Protocolo, indicando a

ampliação do termo refugiado, para que pudesse incluir novas categorias de refugiados, o que possibilitou que os instrumentos normativos fossem paulatinamente alterados de modo a abarcar os acontecimentos mais recentes.

A modificação promovida pelo Protocolo orienta que além de analisar os pedidos de asilo, os Estados signatários devem conceder aos refugiados as mesmas condições usufruídas pelos nacionais em relação a emprego, a moradia e educação. Ainda assim, os Estados não são obrigados a acolher os refugiados que requisitam proteção em seu território, sendo apenas impedidos de não os enviar de volta ao local do qual fugiram, em acordo com o princípio de non-refoulement . O que se verifica, contudo, é o desrespeito significativo deste princípio, especialmente entre países da União Europeia, com destaque para a Itália (GARCIA, 2016). De todo modo, importa destacar que:

No âmbito geral dos direitos humanos, apesar de suas limitações, as convenções relativas aos refugiados e apátridas representam um ponto de inflexão no direito internacional, pois pela primeira vez é reconhecida a existência do indivíduo no cenário internacional. Lentamente, direitos individuais universais independentes do Estado vão sendo reconhecidos, numa tendência que vinha se acentuando desde o fim da Segunda Guerra Mundial (REIS, 2004, p.151).

O debate sobre a categoria social refugiados envolve, portanto, dimensões da Sociologia, da Ciência Política e da Antropologia que permitem não apenas a compreensão de momentos históricos importantes que promoveram deslocamentos populacionais severos, como os regimes totalitários, guerras e revoluções, mas igualmente permite a análise do presente, seja ao nível internacional, seja ao nível nacional.

De acordo com dados publicados pelo ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) , referentes ao ano de 2019, o deslocamento global atingiu mais de 70 milhões de pessoas, que foram forçadas a sair de seu país de origem, sendo que 25,9 milhões destas são refugiados e 3, 5 milhões são pessoas em busca de refúgio, o que mostra um número extremamente significativo sobre a quantidade de pessoas nessa situação, que não podem ser ignoradas e exigem respostas urgentes diante da precariedade de sua condição. Estas respostas, no entanto, têm articulado, em cada contexto nacional e regional, simultaneamente o acolhimento e a exclusão, as práticas humanitárias e medidas de exceção, como o confinamento de refugiados em centros de detenção ou sua alocação em espaços de extrema precariedade e vulnerabilidade, como os campos de refugiados (AGIER, 2006; FASSIN, 2012; GARCIA, ZUIN, 2017).

No caso brasileiro, ainda que diante do cenário mundial nossa recepção de refugiados seja tímida, considerando o total de 11.231 pessoas reconhecidas como refugiadas em solo nacional no ano de 2018, a compreensão sobre a presença destes indivíduos nos permite observar as diversas dinâmicas sociais nas quais este fenômeno se insere. Hoje, o Brasil recebe o contingente que o sociólogo italiano Pietro Basso qualificou como sendo “os periféricos da periferia” (2010; 2013), isto é, pessoas oriundas da periferia do sistema capitalista: venezuelanos, haitianos, angolanos, cubanos, bengaleses, entre outros. Estes indivíduos -não-brancos-, tem sido alvo de discriminação, racismo e xenofobia em um país considerado multirracial, marcado pela imigração e miscigenação.

Ao olharmos detidamente para o fenômeno do refúgio no Brasil, em especial junto a nossos discentes do Ensino Médio, retomamos o nexos histórico entre passado e presente ao considerar a trajetória dos fluxos populacionais em nosso país. Se hoje os imigrantes e refugiados que aqui chegam são considerados como “invasores”, como sujeitos “indesejáveis”, que ameaçam roubar os empregos dos nacionais ou promover o “terrorismo”, isso se dá porque em determinado momento predominou uma visão sobre a existência de uma migração desejada, com perfis nacionais e étnicos muito distintos dos atuais. Com efeito, a migração subsidiada no Brasil como um projeto nacional foi sobretudo um projeto de embranquecimento, priorizando sobremaneira a migração branca e europeia, no bojo de um ideal de modernização e de progresso que intencionava ocultar o passado escravagista recente.

Assim, ao discutir refúgio sob a ótica da Sociologia para o Ensino Médio, podemos, por exemplo, seguir nas pistas analíticas deixadas por Florestan Fernandes, mobilizando os instrumentos teóricos forjados para pensar a relação entre a imigração, o trabalho e o racismo no Brasil no contexto do capitalismo periférico, bem como sobre as teses que sustentam o mito da democracia racial (VILLEN, 2015). Se Florestan apontava que o processo de modernização que se configurava no país no início do século XX não rompia com o racismo, hoje podemos questionar em que medida este cenário foi de fato alterado quando miramos o caso dos refugiados no Brasil e no mundo. Em que medida o avanço no “direito a ter direitos”, para usar uma expressão de Hannah Arendt, toca efetivamente imigrantes e refugiados?

Além dos referenciais citados, outro fenômeno relevante para a compreensão da categoria estudada é o de globalização, analisado por diversos teóricos das Ciências Sociais, como Anthony Giddens, Boaventura de Souza Santos, Octavio Ianni, Saskia Sassen, Danilo Zolo, Ulrich Beck, Zygmunt Bauman, entre outros. Ao contextualizar os deslocamentos populacionais no interior do debate sobre a globalização, discutimos a tendência de diversos países ao redor do globo de reivindicar ampla liberdade de circulação, mas restringindo esta

movimentação a bens e capitais, ao mesmo tempo em que se restringe paulatinamente o movimento de pessoas, mesmo aquelas em situação de vulnerabilidade. Conforme destaca Saskia Sassen, o território é extremamente complexo, pois não envolve apenas o espaço, ou seja, a parte material, mas também inclui lógicas de poder influenciadas pela expansão neoliberal, a garantia ou restrição de direitos, além da soberania nacional. A mesma sociedade que produz bens e riquezas, afirma Sassen, é aquela responsável por complexos mecanismos de expulsão (SASSEN, 2016), que impactam as relações sociais e a relação entre seres humanos e a natureza.

Diante dos elementos brevemente apontados e que representam um conjunto limitado de possibilidades de tematização da condição dos refugiados no cenário histórico e contemporâneo, podemos traçar elementos que nos permitam compreender de que forma os alunos do ensino médio estão refletindo sobre esse tema que perpassa a história e é, ao mesmo tempo, extremamente atual. Em quais momentos o tema é ou poderia ser abordado no livro didático? Tem sido tematizado de forma satisfatória, do ponto de vista teórico e conceitual?

Além destes fatores, destacamos que a reflexão sobre a presença do tema nos livros didáticos se justifica ainda pelo fato de que nos últimos anos, o tema do refúgio e dos refugiados tem sido objeto de diversas questões avaliativas em vestibulares por todo o país desde 2015 até o momento, tais como nas provas da UNESP, da USP e do ENEM, e, como pontuamos no início deste artigo, também estes instrumentos impactam sobre os temas, conceitos e conteúdos que serão ministrados nas aulas de Sociologia.

O tema do refúgio nos livros didáticos

Por meio da análise de conteúdo, foi feita uma busca manual de palavras que se relacionam com a temática do refúgio, e que estão presentes direta ou indiretamente quando este assunto é abordado, sendo elas, respectivamente: refugiados, refúgio, migração, migrantes, estrangeiros, ilegais e direitos humanos. A menção aos termos não é contabilizada quando este é citado em índices e/ou notas de rodapé, mas, apenas no corpo do texto, ou em sugestões de leitura. A análise é documental, buscando mostrar em que sessões do livro didático a temática dos refugiados é abordada, problematizando a forma como o tema aparece no mesmo, não nos interessando, portanto, uma descrição quantitativa sobre o número de vezes em que o termo é mencionado e sim o contexto no qual o debate é inserido ao longo da obra. A pesquisa leva em conta o conteúdo exposto em três livros didáticos aprovados pelo MEC e reunidos no Plano Nacional do Livro e do Material Didático de 2018, dada a impossibilidade de fazer uma análise

dos cinco livros aprovados no espaço deste artigo. As obras selecionadas foram: Sociologia Hoje (2016), Tempos Modernos, Tempos de Sociologia (2016) e Sociologia (2016).

Sociologia Hoje

Dos autores Celso Rocha de Barros, Henrique Amorim e Igor José de Renó Machado , a obra foi avaliada e descrita da seguinte maneira pelo Guia do PNLD Sociologia de 2018:

Esta obra está dividida em três unidades equilibradas e interdependentes que retratam as áreas que compõem as Ciências Sociais, ou seja, entre Antropologia, Sociologia e Ciência Política. Dada essa organização, o leitor tem um contato mais detalhado e aprofundado com os fundamentos de cada uma dessas disciplinas. Em cada unidade há também um capítulo dedicado à produção brasileira. A obra, dessa maneira, apresenta os temas centrais da Sociologia por meio de um olhar panorâmico, analítico e interdisciplinar. Trata-se de um livro de fácil manuseio e localização dos conteúdos pelos(as) professores(as) e estudantes. Com uma redação clara e atenta às especificidades do Ensino Médio, o livro também oferece uma seleção de textos originais dos autores clássicos e contemporâneos (BRASIL, 2018b, p.22).

Do ponto de vista da presença do tema do refúgio, foi possível identificar a discussão de forma direta ou indireta nos seguintes capítulos: Globalização e Política e A sociedade diante do Estado, embora haja menções dispersas ao longo da obra sobre a questão dos imigrantes, que é tema correlato.

De acordo com o livro didático, o capítulo Globalização e Política se propõe a discutir os seguintes temas: o conceito de globalização; a governança global; a globalização e o Estado; Movimentos sociais globais; o Brasil e a globalização. Com efeito, o capítulo trata de forma bem articulada as diversas dimensões que compõem o fenômeno da globalização, mobilizando autores e conceitos de diferentes matrizes teóricas no campo das Ciências Sociais, oferecendo aos estudantes um panorama apurado da discussão contemporânea. Contudo, em um capítulo no qual o debate sobre refúgio e as migrações poderia compor um elemento central, chama a atenção o fato de que a referência aos deslocamentos populacionais seja feita apenas de forma indireta ou de modo ilustrativo, seja nos boxes adicionais, em imagens, atividades e sugestões de leitura, como se observa ao longo das páginas 270 a 277, nas quais há a citação de organismos da ONU (mas não do ACNUR), ao fato de que a livre circulação se configura para bens, mas não para pessoas e um mapa destacando o número de mortes de migrantes tentando alcançar a Europa por via marítima. Ao não tratar conceitualmente esses diferentes deslocamentos populacionais, especialmente os deslocamentos forçados, compreendemos que não seja possível traçar relações causais entre os fenômenos ilustrados, pois apenas a dimensão

econômica não é capaz de explicar porque certos estrangeiros são considerados seres desejáveis e outros, ao contrário, indesejáveis, o que demandaria a reflexão sobre a construção de estereótipos, o colonialismo e o domínio sobre o Outro.

Como exemplo, lemos na página 270 a seguinte passagem:

O esporte tornou-se extremamente globalizado: na equipe da Internazionale de Milão que conquistou a Liga dos Campeões 2010, nenhum dos jogadores titulares era italiano (vários, aliás, eram brasileiros). Também no caso do futebol a desigualdade de riqueza entre os países produz efeitos: afinal, há muito mais jogadores brasileiros atuando na Itália do que jogadores italianos no Brasil. E boa parte dos fenômenos culturais globais é comercializada por empresas localizadas em países ricos (MACHADO et al., 2016, p.270).

Ao mencionar o caso do futebol, a obra destaca apenas a desigualdade econômica entre as diversas nações como fator explicativo para o fato de haver jogadores de outras nacionalidades em países europeus, desconsiderando as múltiplas dimensões que envolvem a dinâmica entre estrangeiros e nacionais nesse esporte em particular, sobretudo a dinâmica racial. Como se trata de assunto que possui grande ressonância entre os estudantes, seria relevante analisar o quanto o debate sobre identidade nacional tem feito parte das discussões esportivas com grande destaque ao menos desde o final da década de 1990, quando a presença de indivíduos de origem estrangeira nas grandes seleções de futebol como a italiana, francesa e alemã tornou-se alvo de ataques de partidos e movimentos sociais da extrema-direita, como a Liga Norte e o Front Nacional, principalmente nos eventos da Copa do Mundo, com a mobilização destacada de repertórios racistas.

Assim, observamos que a primeira menção ao termo “refugiados” no livro é feita como material complementar, como sugestão de leitura ao final do capítulo, com a indicação da obra Diga que você é um deles, de Uwem Akpan, (2016, p.288). Ainda que o livro destaque a condição do refúgio como sugestão de leitura complementar, a palavra refúgio não aparece uma só vez ao longo do capítulo em questão, o que nos leva a considerar que a temática não foi abordada teórica e conceitualmente, dificultando a relação entre globalização e política que poderia ser feita pelo aluno.

Outra menção indireta é feita através de um mapa que mostra os casos de morte de imigrantes tentando alcançar a Europa por via marítima, no período de 2000 a 2015 (2016, p.277). Neste caso, embora o termo utilizado seja “migrante”, a discussão envolve também a condição dos refugiados, quando são citadas as situações de conflito armado. Nesse caso em particular, há uma dificuldade adicional para o estudante, que não informado sobre as diferenças conceituais e práticas entre um refugiado, solicitante de asilo e um imigrante, pode incorrer em

reprodução de estereótipos sobre as diferentes condições. O mesmo ocorre na sugestão de atividade a partir da música Clandestino, de Manu Chao, que cita os imigrantes ilegais sem ter abordado tal condição ao longo do capítulo. O que significa ser um imigrante ilegal? Esse dado é importante em especial se consideramos que essa nomenclatura tem sido questionada por diversos teóricos, ativistas e movimentos sociais, substituindo-a por irregulares. Em que esta condição se diferencia ou se aproxima da condição de refugiado? Podemos inferir que os professores teriam de ser sensíveis a estas diferenças e precisariam preparar um material adicional para os discentes, esclarecendo os variados status dos sujeitos que se deslocam pelo mundo, uma vez que no instrumento didático não há tal elaboração.

Já no capítulo seguinte, A sociedade diante do Estado, os autores se propõem a discutir temas como: A luta pela cidadania; Os movimentos sociais; Problemas da ação coletiva; Capital social e participação cívica; A sociedade civil. Aqui, a menção ao termo refugiados é feita logo no início do capítulo, através de uma imagem utilizada como exemplo do debate que o capítulo irá realizar, mostrando uma foto do campo de refugiados sírios na Turquia (2016, p.291). Ainda que o tema do refúgio apareça mais uma vez de forma ilustrativa, por meio de uma imagem ao lado do texto principal, é possível traçar uma análise histórica da situação dos refugiados, levando em conta os conceitos mobilizados pela filósofa Hannah Arendt no contexto da Segunda Guerra Mundial e a expulsão de indivíduos de seus países de origem, citado brevemente no início do capítulo.

Assim, embora a imagem relativa aos refugiados sírios seja pertinente no contexto da discussão sobre a garantia dos direitos fundamentais, em relação aos direitos daqueles que são considerados cidadãos em determinado território, tal como destacamos no início deste artigo, o material didático não realiza uma abordagem sociológica ou mesmo histórica sobre quem são os sujeitos refugiados, nem explica o que são e porque existem os campos de refugiados, ponto importante para entender, justamente, o que o capítulo propõe: a sociedade diante do Estado. Mais uma vez, não encontramos, seja ao longo do capítulo ou mesmo de todo o material didático, nenhuma categorização dos diferentes sujeitos e status que compõem os deslocamentos populacionais.

Em mais uma imagem ilustrativa, os autores mencionam uma manifestação do partido extremista grego Aurora Dourada (p.299), que prega o ódio aos imigrantes e minorias, de inspiração neonazista. O exemplo é utilizado para destacar que existem movimentos sociais que desejam subtrair direitos, mas não articula este elemento ao fato de que movimentos como este citado surgiram exatamente no contexto do aumento dos fluxos de migrantes e refugiados em

direção sobretudo a Espanha, Grécia e Itália, chamados como “países de nova imigração”. Não se trata, obviamente, de uma casualidade que deva ser desconsiderada.

Em linhas gerais, em relação a temática do refúgio, o livro didático Sociologia Hoje não aborda o tema de forma ampla e satisfatória. Ainda que haja discussões sobre a imigração, a condição dos imigrantes e citações do termo refugiado ao longo do livro, este não é problematizado em nenhum momento como categoria social, se tornando apenas uma variável das questões relativas ao fluxo de pessoas no mundo globalizado, mesmo nos diversos momentos em que a temática poderia ter sido abordada, pois a obra tratava de assuntos diretamente relacionados aos refugiados, mas a discussão não foi realizada.

De toda forma, note-se que pelo fato do termo refúgio aparecer ao longo do livro, o professor/a da disciplina de Sociologia pode encontrar elementos para abordar a temática, trazendo materiais externos que possam somar no entendimento do conteúdo, assim como pode não fazê-lo, o que pode ser um problema que culmina na confusão e reprodução de estereótipos comumente relacionados ao refúgio e a imigração.

Tempos Modernos, Tempos de Sociologia

Das autoras Bianca Freire Medeiros, Helena Bomeny, Julia O’Donnell e Raquel Balmant Emerique, o livro Tempos Modernos, Tempos de Sociologia, foi caracterizado da seguinte forma segundo o Guia do PNL D:

A obra é organizada de modo coerente a partir de uma proposta didática diferenciada e instigante. Seu texto é fluido e apropriado ao Ensino Médio, sem se furta a utilizar trechos de textos originais, leis e artigos. Após uma parte introdutória, voltada à apresentação das áreas das Ciências Sociais, utiliza o filme “Tempos Modernos”, de Charles Chaplin, como operador metodológico e se baseia em grandes pensadores da disciplina para trabalhar com cenas do filme, conduzindo o estudante ao questionamento sociológico da modernidade. O livro se destaca por ter uma parte inteira dedicada às Ciências Sociais no Brasil e por trazer, ao fim, um glossário de conceitos da disciplina (BRASIL, 2018b, p.27)

No capítulo 5, intitulado “O apito da fábrica”, o livro traz a discussão sobre o trabalho em cadeia na linha de montagem, através de uma das cenas do filme Tempos Modernos, tendo como temática principal do capítulo as teorias de Émile Durkheim, como fato social e coesão social. É nesse contexto que verificamos a primeira menção à temática do refúgio, na seção Assimilando conceitos do capítulo, em que questões do cotidiano devem ser relacionadas a teoria exposta. Aqui temos um problema já identificado anteriormente na obra Sociologia Hoje,

relacionado ao uso de exemplos de situações que envolvem os refugiados, sem que haja ao menos alguma referência a esta categoria ao longo do texto, requerendo um conhecimento prévio por parte dos alunos, ou, uma conceitualização por parte do próprio professor (BOMENY et al., 2016, p.157-158). Há uma fotografia que remete à condição dos refugiados sírios em 2011 e a necessidade de vincular à teoria durkheiminiana, sem fornecer qualquer tipo de dado sobre a situação destes indivíduos. Como apontamos em outros momentos, seria possível aqui correlacionar o avanço da Modernidade às concepções vigentes nesse momento histórico sobre quem seriam os sujeitos titulares de direitos. Ademais, poderia fornecer ao menos uma indicação sobre os deslocamentos populacionais do período, relacionados sobretudo ao processo de colonização, traçando o paralelo com a situação contemporânea.

Já no Capítulo 12, intitulado Sonhos de Consumo, as teorias de Walter Benjamin conduzem as discussões sobre consumo, cultura de massa, urbanização e o processo de globalização. Na seção Um Sarau imaginário, o livro propõe que os alunos reflitam sobre uma possível discussão entre teóricos, sobre a vivência no mundo moderno, em uma discussão entre Karl Marx e Alexis de Tocqueville. Neste caso, temos o mesmo problema do capítulo anterior: o uso de exemplos que não correspondem ao conteúdo exposto, como se vê a seguir:

Estudantes secundaristas em protesto contra a reorganização escolar e fechamento de escolas. São Paulo (SP), 2015.

Policial observa o protesto de imigrantes refugiados da guerra síria, em frente à estação de Bicske, Hungria, 2015.

Desafio: relacionar cidadania e democracia na organização das sociedades e analisar o papel dos valores éticos na estruturação política das sociedades (Bomeny et al., 2016, p. 366).

Além de utilizar o termo conceitualmente equivocado de “imigrantes refugiados” , consideramos que sem realizar ao menos um panorama breve sobre a condição do refugiado no mundo moderno, inclusive a partir do autor que orienta a discussão do capítulo, Walter Benjamin, não é possível discutir a estruturação de valores éticos, pois mesmo estes possuem tempo e história que não podem ser olvidados. Chama a atenção, portanto, que um livro que tem como mote a ideia de Modernidade desconsiderar a necessidade de inscrever a construção da noção de sujeito, de cidadão, de pessoa em perspectiva histórica que lance luz ao presente. Não há, para utilizar uma expressão célebre de Walter Benjamin, uma narrativa que permita analisar a “história à contrapelo”, desde a ótica dos oprimidos, aqui, os sujeitos migrantes e refugiados.

Com efeito, mesmo nos momentos em que observamos a potencialidade de abordagem destes conteúdos, como na seção Conceitos Sociológicos, na qual o livro didático se propõe a

fazer um apanhado, similar a um dicionário, de palavras relevantes para o entendimento do conteúdo que fora exposto, não há tratamento de temas e conceitos relacionados ao refúgio. Aqui, poderia ter sido preenchida a lacuna da ausência de explicação sobre o termo refugiado, mesmo que de forma superficial, já que poderia fornecer uma noção sobre o contexto dos exemplos que foram utilizados. O termo que mais se aproxima da explicação, e que poderia ter incluído a questão dos refugiados, é a “migração”, mas apenas este foi considerado.

Nesse sentido, uma das figuras fundamentais para a compreensão da Modernidade, -os refugiados-, tal como destacado por diversos autores, entre os quais Hannah Arendt e Giorgio Agamben, não aparecem nem como categoria social, como conceito ou como referência importante para pensar tanto a Modernidade quanto sua crise, ainda que referências sobre os imigrantes estejam abarcadas ao longo da obra.

Sociologia

Das autoras Benilde Lenzi Motim, Maria Aparecida Bridi e Silvia Maria de Araújo , segundo o Guia do PNLD, o livro Sociologia:

organiza o conteúdo da disciplina por meio de temas que contemplam de modo amplo e adequado a pluralidade e diversidade das Ciências Sociais. A exposição é equilibrada e consegue realizar a transposição didática da produção acadêmica em saberes escolares, uma vez que os conceitos são apresentados em linguagem acessível e, sempre que possível, dialogando com a realidade dos estudantes (BRASIL, 2018b, p.17).

No quarto capítulo, O sentido do trabalho, as autoras propõem estudar “as relações dos trabalhadores com seu trabalho, o sentido do trabalho na modernidade e os seus diferentes significados e características conforme o tempo e as organizações sociais (ARAÚJO et al., 2016, p.107)”. Além da relação com o cenário político e econômico, também aponta que “a desigualdade se faz presente na medida em que determinados grupos sociais encontram maiores dificuldades em serem contratados, não são amparados pelas leis trabalhistas ou não recebem os mesmos salários e oportunidades que outros grupos (ARAÚJO et al., 2016, p.107)”, destacando a situação dos trabalhadores imigrantes. Assim, é nesse contexto, do universo do trabalho, que a primeira referência à temática do refúgio é realizada, através de uma foto que possui como legenda a seguinte equação:

Homens de diferentes partes da África e da Ásia em campo de refugiados em Calais, na França. Foto de 2016. Conflitos e guerras também afetam as oportunidades

de trabalho, levando milhões de pessoas a procurarem melhores condições de sobrevivência em outros países (ARAUJO et al., 2016, p.120).

Neste trecho podemos verificar um problema conceitual que possui consequências importantes para a compreensão dos deslocamentos populacionais entre os estudantes e que acaba por recair numa divisão feita tipicamente pelo senso comum e a mídia de modo geral: a confusão entre os termos imigrante e refugiado. Isso ocorre porque ao trazer uma foto de um campo de refugiados como exemplo para as desigualdades no mercado de trabalho, seria necessário indicar que estas pessoas não saíram voluntariamente de seus países e não necessariamente pela falta de emprego, mas sobretudo por risco iminente às suas próprias vidas, além de se tratar de um campo que abriga tanto uma categoria social quanto outra. Ainda que seja pertinente trazer a discussão sobre a condição dos refugiados e imigrantes para o contexto do mundo do trabalho, no qual especialmente os imigrantes estão submetidos a péssimas condições e precarização de seu trabalho, ao utilizar um exemplo que não diferencia estas situações e não esclarece minimamente os motivos que dão origem ao sistema de centros e campos para imigrantes e refugiados, o instrumento didático acaba por reproduzir um equívoco conceitual, exigindo por parte dos docentes que realizem o processo de estranhamento e desnaturalização em relação ao próprio material utilizado em sala. Nesse sentido, se é tarefa da Sociologia precisar e definir as categorias sociais para fornecer instrumentos de leitura da realidade, devemos exigir este rigor também do livro didático, efetuando as necessárias mediações para a linguagem do ensino médio.

Outro elemento que reforça nossa interpretação diz respeito ao fato de que a menção aos campos de refugiados é feita em outros momentos ao longo da obra, em diferentes capítulos, sem que a sua caracterização mínima tenha sido realizada. Aparecem quase como espaços naturalizados, que não conduzem à crítica reflexiva. De todo modo, uma proposta que aparece como dado interessante é inserida ao final do capítulo, quando as autoras sugerem que seja feita uma pesquisa interdisciplinar, com contribuições da História e da Geografia, de modo a traçar as relações entre migrações, trabalho forçado, pobreza e globalização (ARAUJO et al., 2016, p.121). Nesse momento, o docente poderia chamar a atenção para a questão do refúgio, instigando os discentes a buscarem mais informações sobre o tema, ainda que este dado não supere a lacuna presente no texto didático, que não aborda estes fenômenos, do mesmo modo que não é possível prever o tipo de fonte que os estudantes utilizarão, as quais podem, em última instância, reforçar estereótipos.

Destacamos ainda que no sexto capítulo, que discute “A cultura e suas raízes”, há um instigante debate sobre etnocentrismo, sobre relativismo cultural, sobre as teorias raciais e o

debate sobre o embranquecimento populacional no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX. O texto traz o dado muito pertinente segundo o qual os imigrantes- europeus, brancos- possuíam uma ampla gama de direitos que era muito maior em relação aos direitos dos trabalhadores recém-libertos. Este seria um momento muito oportuno para realizar a conexão com os fenômenos contemporâneos e a restrição de direitos dos imigrantes e refugiados hoje em nosso país, debatendo ainda esta herança colonial que incide sobre o olhar em relação ao Outro não branco, os “periféricos na periferia”, como apontamos anteriormente. Contudo, estas mediações não foram realizadas ou problematizadas à luz da história recente.

No entanto, no capítulo 7, Sociedade e religião, que objetiva estudar a religião como instituição social (ARAUJO et al., 2016, p.201), analisar as possíveis relações entre o fundamentalismo religioso e a globalização e a natureza de alguns conflitos em diferentes partes do mundo, noticiados cotidianamente como sendo de origem religiosa, podemos observar uma abordagem mais detida da temática do refúgio neste livro didático, mas padecendo das mesmas lacunas apontadas nesta e nas demais obras. Vemos o debate ser mencionado no capítulo através da legenda de uma foto utilizada como exemplo do box adicional com o título Conflitos religiosos no mundo contemporâneo, na qual se lê:

Campo de refugiados sul-sudaneses em Juba, no Sudão do Sul. Foto de 2013. Fatores étnicos, políticos e econômicos contribuem para o conflito entre o norte, de maioria muçulmana, e o sul do país, de maioria cristã e recentemente proclamado independente como Sudão do Sul (ARAUJO et al., 2016, p.218).

A foto é condizente com a discussão, já que o deslocamento forçado em função de perseguições religiosas é um dos motivos que levam à necessidade do refúgio, além de trazer uma notícia atual. Ainda assim, nada é dito sobre o campo de refugiados e sobre a situação das pessoas que saíram de seus países e foram alocadas nestes espaços. Cumpre observar que em outro exemplo utilizado no mesmo box sobre conflitos religiosos, o termo utilizado é imigrantes, quando, na verdade, também se trata de refugiados, em função da fuga de perseguição religiosa. Pode-se perceber, então, que não há uma preocupação com os termos que serão utilizados no momento da explicação, colocando ambos, imigrantes e refugiados, como meros sinônimos, não levando em conta as suas singularidades. Nesse sentido, embora oportuna a inclusão do debate sobre refúgio no contexto da relação entre globalização e o fenômeno religioso, que permite inclusive pensar a resposta que os diferentes governos tem oferecido aos refugiados -muitas vezes assimilados a “potenciais terroristas”-, a obra não realiza de modo satisfatório tal discussão, utilizando-a apenas como exemplo ilustrativo.

Além da menção ao debate nestes dois capítulos, observamos que também no contexto da discussão sobre Movimentos Sociais, realizada no capítulo nono, a reflexão sobre os refugiados aparece, reforçando nossa premissa inicial segundo a qual um dos eixos centrais para analisar a condição dos refugiados é a discussão em torno dos processos de emancipação e desemancipação. Na primeira aparição de termos relacionados ao refúgio neste capítulo, vemos em uma atividade sugerida a categorização destes como pessoas que sofrem discriminação social, junto com outros grupos citados ao longo do texto proposto. Neste caso, são colocados como indivíduos que não podem exercer a cidadania, porque não a possuem, e a intenção é que os alunos/as façam uma proposta de intervenção para uma possível melhoria na situação destes indivíduos (ARAUJO et al., 2016, p.279). Porém, podemos questionar, como os alunos serão capazes de elaborar uma intervenção sem que cada uma das categorias sociais expostas seja conceitualizada ao longo do livro didático? Novamente podemos observar exemplos que mobilizam a condição do refúgio sem que haja uma explicação sobre a temática.

Ainda no contexto da discussão sobre os movimentos sociais, o livro didático propõe um tópico sobre o tema da identidade, e como os conflitos relacionados aos migrantes são um exemplo deste fenômeno. São citados os “povos sem território”, sem qualquer contextualização sobre quem são esses indivíduos, de maneira que, ao referenciar a condição dos apátridas, mas sem fazer qualquer relação com o termo, não é possível entender quais são as motivações, o contexto, e as consequências da existência dessa outra categoria social, não abordada no livro didático (ARAUJO et al., 2016, p.271) e que já nos anos 1940 constituíam o que Hannah Arendt qualificou como “o mais recente fenômeno de massas da história contemporânea” (2013, p.380)

Da análise desta obra concluímos que embora existam múltiplas referências dispersas relacionadas ao universo temático do refúgio, a este não foi dado tratamento conceitual particularizado em relação a outros temas das Ciências Sociais que aparecem de modo mais específico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estabelecendo uma comparação entre os três livros didáticos analisados, podemos identificar algumas características comuns na abordagem da temática do refúgio. Todos os livros didáticos citados apresentam dois problemas principais, sendo o primeiro a falta de rigor conceitual, de definição das categorias sociais, de modo que termos como migração e refúgio, por exemplo, são mobilizados ao longo da exposição como sinônimos, sem que sejam realizadas as distinções entre ambos, ou uma abordagem histórica do surgimento destes como

categoria social, sobre como estas diferentes condições impactam, de fato, nas relações sociais contemporâneas e nas subjetividades dos indivíduos que se deslocam, seja de forma voluntária, seja forçada.

Outro problema é relacionado ao uso de exemplos ao longo dos capítulos, seja por meio de fotos, exercícios para a fixação de conteúdos, ou box adicionais. Diante da ausência de categorização, conceitualização ou problematização dos termos ao longo do texto, utilizar a condição do refúgio como exemplo para eixos tão diversificados como trabalho, movimentos sociais, questão religiosa e aspectos da globalização, não permite que efetivamente os alunos consigam fazer uma relação direta entre estes e os exemplos mobilizados no contexto do universo do refúgio, já que não é uma relação dada como óbvia, visto que os principais conceitos não foram elaborados anteriormente. Observamos, assim, que o debate sobre os refugiados aparece de forma comum nos três livros, por meio de exemplos, ilustrações ou atividades adicionais, mas não como tema que mereça análise detida ou pormenorizada, a despeito de sua relevância histórica e contemporânea.

Podemos observar que, dentre os três livros analisados, o livro Sociologia, de Benilde Lenzi Motim, Maria Aparecida Bridi e Silvia Maria de Araújo é o que aborda o tema com maior frequência e de forma mais interdisciplinar, objetivando a reflexão e a postura ativa dos/as alunos/as, em relação à temática do refúgio. Ainda que não esteja isento das críticas mencionadas anteriormente, o livro didático em questão possui o maior número de citações dos termos escolhidos para a análise, quando relacionados a questão dos refugiados, indicando, com isso, uma maior possibilidade do professor abordar a temática em suas aulas.

Embora saibamos que os usos do livro didático são muito variados e merecem pesquisas específicas sobre tal diversidade, consideramos que este instrumento é uma das principais referências em termos de seleção de conteúdos para as aulas de Sociologia, junto a outras como aquelas previstas nos documentos normativos, nas provas de ingresso para o ensino superior e as que compõem o universo formativo próprio dos docentes. De todo modo, é fato amplamente reconhecido de que se trata de um bem cultural disponível a todos os estudantes da rede básica de ensino, que podem acessá-lo de modo facilitado, promovendo assim a democratização de saberes e conteúdos. Nesse sentido, se o tema do refúgio não está presente neste instrumento, mas ao mesmo tempo aparece como conteúdo importante nas provas de ingresso no ensino superior bem como constitui tema de grande relevância na atualidade, gerando, no mínimo, a curiosidade dos alunos, podemos inferir que o professor, em meio ao planejamento e execução de aulas, necessita também preparar um material de apoio extra para que a temática seja abordada, gerando tempo de trabalho adicional ou mesmo dispêndio de recursos.

Consideramos, assim, mediante o que foi exposto, que a temática do refúgio não tem recebido o destaque que sua relevância contemporânea pressupõe e que uma abordagem mais cuidadosa permitiria, inclusive, romper com uma lacuna sempre destacada por intelectuais, professores e estudantes, que diz respeito ao tratamento de temas e conteúdos das três áreas disciplinares que compõem as Ciências Sociais, já que se trata de tema que articula tanto os referenciais da Sociologia, quanto os da Antropologia e da Ciência Política, avançando, assim, em uma abordagem interdisciplinar.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. **Refugiados diante da nova ordem mundial**. In: Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, vol.18, n.2, p.197-215, 2006.

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 832p., 2013.

ARAÚJO, Silvia M. de; BRIDI, M. A.; MOTIM, B. L. **Sociologia**. Volume único. Ensino médio. São Paulo: Scipione, 488 p., 2016.

BASSO, Pietro. **Imigração, racismo e antirracismo na Europa de hoje**. In: TAVARES; M. A. A.; CLÁUDIA, G. Intermitências da crise e questão social: uma interpretação Marxista. João Pessoa: Editora da UFPB, p. 83-133, 2013.

_____. **Razzismo di Stato**. Stati Uniti, Europa, Italia. Milano: Franco Angeli, 640 p., 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018a.

_____. Ministério da Educação. **Orientações curriculares para o ensino médio: ciências humanas e suas tecnologias**. vol. 3. Brasília, 136p., 2006.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 109 p., 1999.

_____. Ministério da Educação. PNLD 2018: **Sociologia, guia de livros didáticos, ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 55p., 2018b.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 1 de 30 de maio de 2012. **Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Diário Oficial da União, 31 de maio de 2012, seção 1, p. 48.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília: Diário Oficial da União, 22 de dezembro de 2017, seção 1, p. 41-44.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Caderno de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

BOMENY, Helena et al. **Tempos modernos, Tempos de Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasil, 384 p., 2016.

FASSIN, Didier. **Humanitarian Reason**. A moral history of the present. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 336p., 2012.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 655p., 1978.

GARCIA, Fernanda. D. F.; Zuin, João Carlos S. **Entre a detenção e o acolhimento: as consequências do estado de emergência permanente na Itália**. In: Mediações-Revista de ciências sociais, vol. 22, p.80-104, 2017.

GARCIA, Fernanda D.F. **Estado de emergência permanente: racialização, exclusão e detenção de estrangeiros na Itália**. Tese de Doutorado -Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 316p., 2016.

MACHADO, Igor. J. R.et al. **Sociologia hoje**. Volume único. Ensino Médio. São Paulo: Ática, 328 p., 2016.

MEUCCI, Simone. **Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de Sociologia**. In: Revista Brasileira de Sociologia, vol. 2, n.3, jan./jul., p.209-232, 2014.

OLIVEIRA, Amurabi. **A Antropologia no Ensino Médio: uma análise a partir dos livros didáticos**. In: Cadernos de Estudos Sociais, vols. 1 e 2, p. 1-25, 2013.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção relativa ao estatuto dos refugiados (1951)**. Disponível em:
https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf Acesso em: 7 set. 2020.

REIS, Rossana Rocha. **Soberania, direitos humanos e migrações internacionais**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 19, n. 55, p.149-163, 2004.

REIS, Rossana Rocha; MENEZES, Thaís S. **Direitos humanos e refúgio: uma análise sobre o momento anterior à determinação do status de refugiado**. In: Revista de Sociologia e Política, vol. 22, n. 49, p.144-162, 2013.

SASSEN, Saskia. **Expulsões. Brutalidade e complexidade na Economia Global**. Paz e Terra, 336 p., 2016.

SILVA, Ileizi. **A Sociologia no Ensino Médio: Os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina**. In: Cronos, v. 8, n. 2, p. 403-427, 2007.

VILLEN, Patrícia. **Direito ou concessão dos estados? O debate sobre o fim do direito de refúgio**. ComCiência (UNICAMP), v. 216, p. 1-8, 2020.

_____. **Imigração e racismo na modernização dependente do mercado de trabalho.**
Lutas Sociais (PUCSP), v. 19, p. 50-75, 2015.